

Maia quer votar reforma a uma semana do Natal

Por Raymundo Costa, Andrea Jubé e Marcelo Ribeiro | De Brasília



Maia: para presidente da Câmara, votação da Previdência não será tarefa fácil, mas "nunca clima foi tão favorável".

O presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), reconhece que o governo ainda não dispõe dos votos, mas quer aproveitar o "clima favorável" à reforma da Previdência para articular melhor os partidos aliados e votar o primeiro turno da proposta no dia 18 de dezembro, a poucos dias do recesso parlamentar. Além da "onda" a favor, o presidente Michel Temer avalia no momento a demissão do ministro Antonio Imbassahy (Secretaria de Governo), distender a relação com os aliados que votaram favoráveis a abertura de investigações contra o presidente e demandas estaduais capazes de provocar mais um rombo nas contas públicas.

Para tentar atrair de vez o DEM, por exemplo, o governo acena com a transferência de R\$ 1 bilhão para

o Rio Grande do Norte, do governador Robinson Faria, filiado à sigla, e do presidente nacional do partido, senador Agripino Maia. Agripino tem sido uma das vozes mais constantes sobre as dificuldades de se votar a reforma previdenciária neste momento.

Para driblar as restrições da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) quanto à transferência desses recursos para o Estado, o Ministério do Planejamento formalizou uma consulta ao Tribunal de Contas da União (TCU), que encerraria as atividades nesta semana. No entanto, num aceno de simpatia ao Planalto, o presidente do TCU, Raimundo Carreiro, convocou uma sessão extraordinária para o dia 12, a fim de julgar a consulta formulada pelo Planejamento.

O relator do caso, que poderá legitimar a transferência de última hora dos recursos para o Rio Grande do Norte, é o ex-senador do PMDB - e colega de legislatura de Agripino -, Vital do Rêgo Filho. A matéria já entrou na pauta da sessão plenária de terça-feira. Na noite de ontem, Temer ofereceu jantar de confraternização para os ministros do TCU no Palácio da Alvorada.

Este é apenas um caso de demanda que pode ajudar a destravar as negociações da Previdência. O presidente da Câmara considera que o problema

agora é de tempo, então quer mais duas semanas para aproveitar "a onda" e tentar consolidar 308 votos, o número mínimo necessário para aprovação de emendas constitucionais. Maia reconhece que não se trata de uma tarefa fácil, mas também entende que o clima "nunca foi tão favorável".

A reação ruim dos mercados às notícias negativas sobre a aprovação da PEC, o noticiário com viés favorável da imprensa e o fracasso das manifestações convocadas pela oposição - tudo contribuiu para a mudança do clima. Mas nada disso surtirá efeito se o governo não atender as demandas bem específicas da base aliada.

No pacote em negociação sobre a mesa está a demissão de Antonio Imbassahy e a distensão nas relações do presidente Michel Temer com os aliados que votaram a favor os dois pedidos de investigação do Ministério Público Federal contra ele. O problema é agravado, segundo pessoas a par das conversas, pelo "fundamentalismo" com que Imbassahy trata os dissidentes.

Uma liderança que acompanha de perto as negociações avalia que o afastamento de Antonio Imbassahy até a semana que vem pode agregar mais votos. Nas palavras de um aliado do governo, o tucano foi "fundamentalista" na relação com deputados que votaram





favoravelmente às duas denúncias contra Michel Temer, e com essa postura, afugentou parlamentares que poderiam avalizar a reforma previdenciária.

Nesse ponto, a avaliação é que o iminente afastamento do tucano - após a convenção nacional do PSDB, agendada para este sábado - pode ajudar a recompor a base. Nas contas do governo, o PSDB está entrando com cerca de 20 votos favoráveis, o que é considerado muito pouco, mas vital para a aprovação da PEC.

O presidente da Câmara e o relator da PEC da Previdência, deputado Arthur Maia (PPS-BA) defendem a distensão na relação do Palácio do Planalto com os deputados que votaram contra o presidente. Nos cálculos do relator, é possível dizer hoje que a reforma teria 296 votos - ou seja, faltariam apenas 12 para o número constitucional de 308 e mais ou menos 30 para o governo entrar com uma boa margem de segurança na votação.

Maia acha que o governo erra quando joga pra baixo as expectativas de votos. "Em café com investidores, eu disse que se pautarmos essa matéria e a expectativa for de derrota, vamos ter no máximo 200 votos. Com a expectativa de vitória, podemos ter até mais do que a gente imagina", disse. "Mas com a expectativa de derrota, vamos perder uns 50, 80 votos e pode chegar a menos de 200 votos. Se a expectativa for de derrota, o deputado não vota. Ou ele vota contra ou sai do plenário. A gente não vai ter nem quórum para votar", afirmou.

A investidores, ministros do Palácio do Planalto têm afirmado que se não conseguirem votar neste ano, o governo vai tentar em fevereiro e março e até depois das eleições.

Mais realistas, Maia foi pragmático com interlocutores que estiveram com ele: "Usando franqueza, se não tivermos condições de votar a reforma agora, não podemos ter a ilusão de votá-la em março, às vésperas da eleição". (Colaborou Raphael Di Cunto)

Sem votação, país corre risco de 'perder prêmio', diz Dyogo

Por Fabio Graner e Edna Simão
| De Brasília

O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, afirmou que o país corre o risco de perder o "prêmio-governo" conquistado até o momento, como risco-país mais baixo e perspectiva de uma retomada mais forte da economia em 2018, caso a reforma da Previdência Social não seja aprovada. Segundo ele, indicadores de risco e expectativas estão melhores do que os fundamentos econômicos apontariam por causa dessa agenda de reformas, incluindo a previdenciária.

"Quando não avança [reforma], perde esse prêmio", disse o ministro, acrescentando que o efeito reverso da postergação da medida aparecerá durante o ano que vem. "O argumento que temos mostrado é que não é porque o ambiente melhorou que não se deve fazer [a reforma]. As pessoas [parlamentares] têm compreendido isso", contou.

Alguns parlamentares, que resistem em apoiar à reforma, já cogitam deixar o assunto para 2019, primeiro ano de mandato do novo presidente, hipótese rejeitada por Dyogo. "Deixar para 2019 [reforma da previdência] mais volatilidade para o ano que vem e pode perder

parte considerável do prêmio para economia que está conduzindo para reformas", reforçou o ministro.

Mesmo com a dificuldade do governo em conseguir os 308 votos necessários para colocar as mudanças nas regras de aposentadoria em votação ainda neste ano, Dyogo tenta manter o discurso de otimismo e afirmou que não tem fundamento os rumores de que o governo "jogou a toalha". Ele repetiu que o crescimento econômico está "intimamente ligado" à agenda de reformas e por isso o governo está engajado em aprovar a reforma da Previdência o mais rápido possível. Na avaliação de Dyogo, houve uma mudança no clima que pode garantir a aprovação ainda neste ano. Enquanto isso, o mercado reage - com bolsa caindo e cotação de dólar subindo - à perspectiva de o tema ser jogado o ano que vem.

O ministro traçou um quadro econômico pessimista para o caso de a reforma não for aprovada. Segundo ele, sem as mudanças na previdência, a dívida pública representará 100% do PIB em 2021, além disso a capacidade de crescimento econômico será reduzida.

Dyogo ressaltou que a economia neste ano deve crescer, pelo menos, 1% e que para 2018 a estimativa prevista de 2% deve subir para

2,5%, valor ainda abaixo do potencial. "Hoje cenário aponta para consenso de 2,5% de crescimento, ou um pouco mais o que é um número importante mais abaixo do potencial o que reforça a necessidade do processo de reformas. Não é só da previdência, mas avançando em várias áreas", explicou. O ministro acredita que o país está no início de longo ciclo de crescimento, de oito a 12 anos. "Não é crescimento resultado de ações artificiais e temporárias. Teremos crescimento mais estável e continuado", frisou o ministro.

O entendimento é de que o processo de reformas vai permitir um PIB mais elevado. "Crescimento de 2,5% [previsão do governo que será incorporada no orçamento de 2018] está associado à inflação abaixo da meta, por isso nos permite dizer que economia está abaixo do potencial", frisou.

Ainda para 2018, Dyogo espera uma recuperação da arrecadação. Para ele, não há problema em deixar para o próximo ano a aprovação de MP que trata de adiamento do reajuste dos salários dos servidores públicos. Porém, é preciso que a mudança na tributação dos fundos exclusivos seja aprovada em 2017 para assegurar a receita ainda em 2018. "A MP dos servidores não precisa ser votada agora, pode ser depois do recesso", disse o ministro,





acrescentando que a medida pode ser apreciada em fevereiro ou março. "A MP dos servidores já vai ser aplicada em janeiro, com adiamento de reajuste em janeiro", ressaltou.

O ministro explicou que o governo tem até o fim deste ano para aprovar a MP que trata da tributação dos fundos exclusivos, para que comece a ser aplicada ainda em 2018. "Reoneração da folha precisa ser votado este ano, embora seja diferente dos fundos", disse. Para Dyogo, o prejuízo de votar a reoneração em fevereiro seria perder um mês de arrecadação por conta da noventena.

Governo usa mercado para conseguir votos

Por Fabio Graner | De Brasília reforma", disse.

Na falta de votos pela reforma, o governo tenta administrar as expectativas do mercado e ao mesmo tempo usá-lo como fator de convencimento dos políticos responsáveis por votar a proposta do governo. Em café da manhã com jornalistas, o ministro do Planejamento, Dyogo de Oliveira, rebateu os rumores de que o governo já teria, em jantar com lideranças parlamentares na noite de quarta-feira, "jogado a toalha" da votação da reforma, o que teria sido um dos fatores de pressão sobre a taxa de câmbio na sessão de ontem.

"Não há fundamento para isso [sobre rumor de que governo desistiu], o governo não desistiu, pelo contrário, tivemos ontem [quarta-feira] manifestações muito fortes de vários partidos em torno da aprovação da reforma, governo continua engajado e muito imbuído do espírito de aprovação da

O encontro de fim de ano com os jornalistas foi utilizado pelo ministro para reforçar o discurso de que sem a Previdência, a situação do país é gravíssimo. Dyogo disse que a dívida pode chegar a 100% do PIB sem as mudanças nas regras previdenciárias defendidas pelo governo. Ele criou um novo slogan, chamando de "prêmio-governo" a situação mais favorável do mercado em relação ao país derivada das reformas feitas e esperadas.

A verdade é que, pelo discurso da equipe econômica, o jogo se tornou praticamente Previdência ou o caos. E isso mesmo sabendo que os impactos iniciais da reforma, como reconheceu o ministro, são muito pequenos. A questão que surge é o que, no cenário não desprezível de a reforma não andar, o que o governo fará para conter uma fuga de investidores e um eventual pânico do mercado.

Por reforma da Previdência, governo avalia perdoar traidores

Em troca de apoio para a reforma da Previdência, o presidente Michel Temer estuda devolver cargos aos deputados que foram punidos por votar contra o governo nos últimos meses.

O Palácio do Planalto e líderes da base governista vão mapear parlamentares que tiveram aliados demitidos da máquina federal depois que votaram contra a reforma trabalhista ou a favor do prosseguimento das denúncias apresentadas contra o presidente, após a delação de executivos da JBS.

O governo quer renegociar os postos e oferecer esses espaços de volta aos deputados que se comprometerem a votar a favor das mudanças na Previdência ainda neste ano. O Planalto passou a estudar essa estratégia depois que o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse a Temer que as retaliações prejudicaram o ambiente de negociações. Maia sugeriu que o governo reavalie a distribuição desses cargos para captar os votos necessários.

Temer está disposto a reforçar essas negociações e acredita que, assim, pode convencer até 30 deputados que hoje se dizem indecisos ou contrários à proposta.

A conquista de votos a partir de agora deve se concentrar principalmente na distribuição de cargos e na liberação de verbas em troca de apoio para a proposta. A equipe de Temer fará um pente-fino para destravar emendas parlamentares que foram liberadas ao longo do ano, mas que não foram efetivamente pagas.

Nos últimos dias, deputados governistas têm reclamado que os montantes prometidos para barrar as duas denúncias contra o presidente não chegaram à ponta. Temer também disse a aliados que vai agilizar o repasse de R\$ 1,9 bilhões aos Estados por meio de um fundo de auxílio a exportações. Ele ainda se comprometeu com a bancada mineira a liberar R\$ 250 milhões ao Estado para a saúde e R\$ 350 milhões para obras da BR-381.

Apesar das promessas de liberação de verba e da aprovação de medidas que ampliam os gastos públicos, o ministro Dyogo Oliveira (Planejamento) afirmou que o governo não colocará em risco as contas de 2018 em troca da reforma da Previdência. "Temos o Orçamento no teto e uma meta [de déficit fiscal de R\$ 159 bilhões] a cumprir. Elas limitam a concessão de benefícios." (bb, dc e gu)

Gás abala orçamento de 67% dos brasileiros

Nove em cada 10 consideram que preço subiu muito com nova política de reajuste da Petrobras, mostra Datafolha

Enquanto alta do gás de cozinha tem maior peso no orçamento de mais pobres, os mais ricos sentem a da gasolina

NICOLA PAMPLONA - DO RIO

Dois em cada três brasileiros com mais de 16 anos (67%) avaliam que o gás de cozinha compromete muito o orçamento familiar, de acordo com pesquisa do Datafolha. A maioria absoluta (86%) avalia que o preço subiu muito nos últimos seis meses. Desde junho, quando a Petrobras alterou sua política de preços para o combustível, a alta acumulada no preço de venda do produto pelas refinarias soma 67,8%. Nas revendas, o preço do botijão teve aumento de 15%.

Nesta quinta (7), a estatal

anunciou revisão na política, com o objetivo de "suavizar" o repasse das volatilidades do mercado internacional. De acordo com o Datafolha, a percepção do aumento do preço é maior entre as famílias mais pobres, para quem o combustível tem um peso maior no orçamento. Para aqueles que têm renda de até dois salários mínimos (R\$ 1.874), 80% dizem que o orçamento é altamente comprometido pelo preço do gás. Entre os mais ricos, esse percentual é de 33% — 36% que disseram que não há comprometimento algum.

O gás de cozinha é hoje reajustado pela Petrobras de acordo com uma fórmula que considera cotações europeias do butano e do propano (elementos usados na produção do combustível), além da taxa de câmbio. A empresa justificou a proposta de revisão da fórmula alegando que o modelo atual traz para o Brasil volatilidades dos mercados europeu, como a transferência para o consumidor de

alta sazonal provocada pela chegada do inverno no hemisfério Norte.

O objetivo da revisão, diz a companhia, é "buscar uma metodologia que suavize os impactos derivados da trans-ferência dessa volatilidade para os preços domésticos".

NOVA FÓRMULA

O reajuste anunciado essa semana foi o último com a fórmula atual. A nova fórmula ainda não foi anunciada, mas a Petrobras diz, no comunicado, que "buscará não perpetuar os efeitos sazonais (inverno) já ocorridos", em um sinal de que pode reduzir o preço. A decisão se aplica apenas ao gás vendido em botijões de 13 quilos. O produto para vasilhames maiores ou a granel, mais usados por comércio e indústria, tem fórmula diferente, que considera também o custo de importação.

A proposta de suavizar as





volatilidades foi vista com preocupação no mercado, pelo temor de artificialização dos preços. Na semana passada, a estatal já havia sinalizado revisão da política para o diesel, que também deve reduzir o preço do produto.

GASOLINA

Para 82% dos entrevistados pelo Datafolha, o preço da gasolina também aumentou muito nos últimos meses. Outros 12% dizem que aumentou um pouco. Para 68%, o atual preço compromete muito o orçamento familiar. Mas, diferentemente do que ocorre com o gás de cozinha, a gasolina causa impacto tanto no orçamento de ricos quanto no de pobres.

Na faixa dos que têm renda de até dois salários mínimos, 69% acreditam que têm o orçamento altamente comprometido, percentual próximo aos 66% da faixa dos que ganham entre cinco e dez salários (de R\$ 4.685 a R\$ 9370). Entre os com renda superior a dez mínimos, 55% avaliam que o preço atual compromete muito o orçamento.

Em julho, a Petrobras autorizou sua área técnica a promover reajustes diários nos preços, com o objetivo de competir com importações. Desde então, o preço nas bombas subiu 15,4%, com forte impacto também do aumento na carga tributária promovido pelo governo no fim de julho.

SALGADO 86% acham que gás aumentou muito com política da Petrobras

ALTA DO GÁS RESIDENCIAL, EM %

- Aumento acumulado, desde julho
- Variação em cada reajuste



Fonte: Petrobras e Datafolha



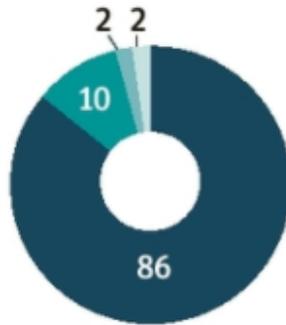


AUMENTO PESA NO BOLSO, MOSTRA DATAFOLHA

1. Para 86%, gás aumentou muito

Como população avalia preço, em%

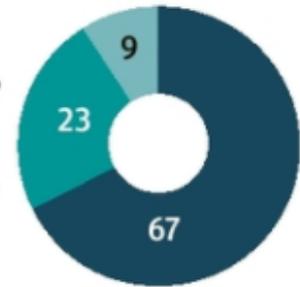
- Aumentou muito
- Aumentou um pouco
- Não houve mudança
- Não responderam



2. Preço compromete orçamento familiar

Como avaliam impacto no orçamento, em %

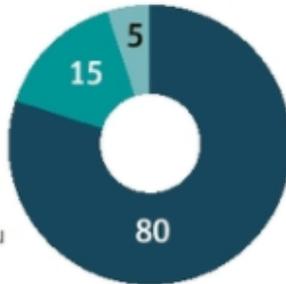
- Compromete muito
- Compromete um pouco
- Não compromete



3. Principalmente entre os mais pobres

Impacto entre os que têm renda de até 2 salários

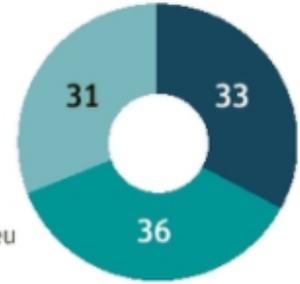
- Compromete muito
- Compromete pouco
- Não sabe/não respondeu



4. 36% dos mais ricos não foram afetados

Impacto entre os que ganham acima de 10 salários

- Compromete muito
- Não compromete
- Não sabe/não respondeu



* Pesquisa realizada nos dias 28, 29 e 30 de novembro

A recuperação continua... lenta

NELSON BARBOSA

O PIB do terceiro trimestre indica que a economia brasileira deve crescer 1% em 2017. A expansão deste ano ainda está muito concentrada na agropecuária, mas isso deve mudar em 2018.

A expectativa é de mais 3% no PIB do próximo ano, puxado por serviços e indústria. Essa recuperação parece razoável à primeira vista, mas ela representa o mais lento crescimento após uma recessão em nossa história recente.

Com base nas mais recentes projeções de mercado, a recuperação de 2017-18 será mais devagar do que após as crises da Grande Depressão (1929-31), da dívida externa (1981-83) e do governo Collor (1990-92), em renda por habitante.

Essa lentidão surpreende quando consideramos que o cenário internacional se tornou bem mais favorável ao Brasil desde 2016, bem como que houve grande expansão

parafiscal em 2017, por meio da liberação de recursos do FGTS e do PIS na economia.

Mesmo com esses fatores positivos, teremos um crescimento de apenas 1% em 2017, e isso já não pode ser atribuído somente a problemas anteriores à mudança de governo. Desde maio de 2016 também ocorreram decisões de política econômica que explicam parte da lenta recuperação do PIB.

Primeiro, o BC demorou em reduzir a Selic diante da queda abrupta da inflação, e isso elevou excessivamente nossa taxa real de juro no início de 2017. Felizmente, há reuniões de seis em seis semanas para o Copom corrigir seu erro inicial, o que está acontecendo.

Segundo, após a grande expansão fiscal do final de 2016, o governo Temer começou 2017 com um corte significativo do Orçamento. O resultado foi um efeito sanfona no gasto discricionário, com grande

impacto negativo sobre o investimento público no início de 2017.

Assim como o BC, a equipe econômica percebeu seu erro inicial, mudou a meta fiscal e reduziu o contingenciamento nos últimos meses. Essa correção, sozinha, representa 0,3% do PIB deste ano.

Terceiro, houve forte redução da concessão de crédito por parte do BNDES em 2016 (41%) e em 2017 (25%), em cima de um ajuste já realizado em 2015 (27%). A revisão do tamanho e do papel do banco é necessária e inevitável, mas a magnitude da redução sob Temer foi exagerada em qualquer métrica que se use.

O resultado dessa contração creditícia aparece na lenta recuperação do investimento, mas não há perspectiva de reversão da atual "não política" do BNDES no curto prazo. Hoje, a principal função





de nosso banco de desenvolvimento é antecipar receita para o Tesouro.

Por fim e mais importante, a incerteza fiscal continua elevada. Mesmo que se aprove a proposta original do governo para reformar a Previdência —o que não acontecerá—, o teto de gastos criado por Temer para os próximos presidentes não se sustenta já na próxima administração.

Quem for eleito em 2018 terá que revisar o limite de gastos e realizar um novo ajuste fiscal para equilibrar as contas públicas de modo duradouro. A incerteza sobre o tamanho, a composição e a velocidade desse ajuste gera incerteza e faz com que as empresas adiem novos investimentos até que o cenário fique mais claro.

Teoricamente, a campanha eleitoral poderia diminuir a incerteza fiscal já em 2018, com discussão das reformas necessárias do Orçamento pelos principais candidatos. Na prática, os posicionamentos recentes do PT e do PSDB sobre a reforma da Previdência indicam que o oposto tende a ocorrer até outubro.

Planalto ‘gasta’ R\$ 43 bi por Previdência, mas tem dificuldade em convencer aliados

Contra o relógio. Partidos com ministérios, como o PSD, de Henrique Meirelles e Gilberto Kassab, não decidiram se vão obrigar seus deputados a votarem a favor da reforma; mesmo sem somar os 308 votos, governo marcou votação para dia 18 de dezembro

Adriana Fernandes
Idiana Tomazelli / BRASÍLIA
Karin Sato

O governo já comprometeu R\$ 43,2 bilhões nos próximos anos para aprovar a reforma da Previdência, mas o esforço ainda não favorece a contabilidade de votos do Planalto. Até agora, só o PMDB e o PTB decidiram obrigar seus deputados a apoiar a proposta. Partidos com ministérios, como o PSD – de Henrique Meirelles e Gilberto Kassab – além do DEM, ainda não tomaram essa decisão.

O PP, que comanda Saúde, Cidades e Agricultura não obrigará o voto a favor, mas disse que vai garantir 90% de votos favoráveis da bancada. Ontem, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), sinalizou a investidores que, caso a votação não se viabilize antes das eleições do ano que vem, confia na

aprovação em 2019, segundo apurou o Estadão/Broadcast.

A indicação de Maia foi interpretada como uma forma de preparar o mercado para uma eventual frustração da aprovação do projeto ainda no governo Michel Temer. Segundo fontes do mercado, o presidente da Câmara afirmou que seria possível aprovar, em 2019, uma proposta até melhor do que a atual. Oficialmente, porém, Maia negou que tenha feito tal afirmação.

Ontem, além disso, o líder do governo na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), anunciou que a votação foi marcada para dia 18. Mas há o risco de esvaziamento do Congresso nessa data por causa da decisão do presidente do Congresso, senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), de convocar sessão para o dia 12 com o objetivo de votar o Orçamento de 2018.

O movimento de Eunício, que dá sinais dúbios em relação a seu apoio à aprovação da reforma ainda este ano, pode provocar a debandada dos parlamentares antes do dia 18.

Eunício também presidirá

sessão extraordinária do Senado para garantir aprovação de uma série de projetos que foram negociados como barganha pela reforma, entre eles renegociações de débitos tributários de micro e pequenas empresas e do setor rural, além da compensação de R\$ 1,9 bilhão a Estados e municípios por conta de desonerações de ICMS nas exportações. No total, já foram comprometidos R\$ 43,2 bilhões.

A avaliação de técnicos do governo é de que Temer cedeu antes da hora, colocando o ajuste fiscal em risco. A preocupação da equipe econômica é que o aumento das despesas, principalmente em 2018, comprometa o teto de gastos, que limita o avanço das despesas à inflação. Além disso, renúncias de receitas podem deixar o governo sem margem de manobra para cumprir a meta fiscal em caso de qualquer frustração nas receitas.

O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, minimizou o impacto das concessões. “Tudo que se conceder terá de estar dentro do teto e da meta fiscal”, afirmou.

COLABOROU DAIENE
CARDOSO

Governo estuda devolver cargos a deputados ‘infiéis’

Estratégia seria forma de buscar, para a reforma da Previdência, os votos de deputados que votaram contra o governo nos últimos meses

Vera Rosa
Daiene Cardoso

Na tentativa de conseguir mais votos para aprovar a reforma da Previdência, o presidente Michel Temer estuda devolver cargos que foram tirados de aliados que votaram contra o governo nos últimos meses. A sugestão foi dada a Temer pelo presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

A avaliação é que, com isso, 30 votos poderiam ser ganhos. Nesse momento, cada voto é mais do que importante, já que o Palácio do Planalto identificou mais um problema para a aprovação da reforma da Previdência. Pelos cálculos apresentados por Maia, 180 deputados são contrários às mudanças na aposentadoria e não estão dispostos a mudar de posição – número muito próximo aos 205 contrários que já inviabilizariam a aprovação.

Temer quer que a proposta vá a plenário na semana do próximo dia 18, a última antes do recesso parlamentar, sob a alegação de que, se isso não ocorrer, nada será apreciado pela Câmara em 2018.

“Ou votamos agora ou não votamos mais”, disse Temer no jantar realizado na quarta-feira, no Palácio da Alvorada, segundo relatos de participantes.

Até agora, segundo apurou o Estado, o governo contabiliza de 260 a 278 votos favoráveis à reforma, mas precisa de 308. O clima no Planalto é de pessimismo. Em relação aos cargos, Temer ainda não bateu o martelo sobre quais seriam devolvidos, mas indicou que pode rever as punições de infiéis que se comprometerem a apoiar a reforma.

Além disso, o governo negocia mais R\$ 3 bilhões para as emendas de bancada em 2018, o que elevaria automaticamente os recursos do Fundo Eleitoral. O presidente também pediu à equipe econômica que faça cálculos sobre tudo o que pode ser remanejado no Orçamento para atender às demandas dos parlamentares.

As maiores resistências às alterações na Previdência estão nas bancadas do PSDB – que controla três ministérios – e do PSD, hoje com a pasta de Ciência, Tecnologia e Comunicações. Em conversas reservadas, auxiliares de Temer dizem que o ministro Gilberto Kassab tem feito pouco esforço para convencer os deputados do PSD.

O presidente interino do PSDB, Alberto Goldman, admitiu nova divisão da bancada, mas observou que o ambiente pode melhorar com a eleição do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, para o comando do partido, na convenção marcada para amanhã.

Pré-candidato do PSDB ao Palácio do Planalto, Alckmin já disse ser favorável à reforma da Previdência. Até agora, apenas o PMDB e o PTB decidiram obrigar seus deputados a apoiar a reforma. Mas não explicitaram qual será a punição para os desobedientes.

Recusas.

Sem esconder a contrariedade com a falta de apoio, Temer afirmou, no jantar do Alvorada, que a base aliada terá de deixar claro à população, se não votar a proposta, quais os motivos para se recusar a apreciar o texto, após tantas modificações acatadas pelo governo.

“É preciso que se diga: ‘Não vamos votar porque queremos manter os privilégios e que outros paguem a conta’”, disse, segundo relatos de deputados presentes ao encontro. Após conversar ontem com Temer, no Planalto, o líder do governo na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), afirmou que os





aliados precisam de mais tempo.

“Eu não poria para votar uma matéria dessa natureza, que tem

repercussão tão grande para o País, com a certeza de derrota”, insistiu.

“Agora, vamos reforçar para a sociedade que a previdência

pública tem hoje tratamento diferenciado daquele que é dado ao sistema privado, do cidadão comum.”

O VAIVÉM DA REFORMA

Negociações intensas

8 de novembro

Texto possível

Arthur Maia (PPs-BA), relator da reforma da Previdência, anuncia a volta das negociações de um texto possível para aprovar as mudanças nas regras de aposentadoria no Brasil

9 de novembro

Mudanças

Governo anuncia que retira da proposta da nova Previdência modificações na aposentadoria rural e que mantém no texto a exigência atual de 15 anos de contribuição para ter direito ao benefício para segurados do INSS

22 de novembro

Texto enxuto

É divulgado o texto da emenda que será votada no plenário para enxugar a proposta da reforma da Previdência que tinha sido apresentada. A economia prevista cai de R\$ 600 bilhões para cerca R\$ 480 bilhões em 10 anos

Negociação

Como moeda de troca, governo anuncia liberação de R\$ 2 bilhões para prefeitos

29 de novembro

Impasse

Diante de vários pedidos, governo diz que não aceita novas flexibilizações na reforma além das foram negociadas



DIDA SAMPAIO/ESTADÃO - 8/12/2017

para garantir o apoio ao texto, sob pena de diminuir ainda mais a economia esperada

Tensão

Partidos indicam que não obrigariam os seus parlamentares a votarem a favor do texto

3 de dezembro

Base aliada

Presidente Temer acerta um “pacto” de coalização para partidos da base obrigarem seus parlamentares a votarem favo-

ravelmente à reforma

4 de dezembro

Promessas

Governo promete mais R\$ 3 bilhões a prefeitos no ano que vem caso a reforma da Previdência seja aprovada

6 de dezembro

Fechamento de questão

PMDB e PTB fecham questão a favor do texto, mas não detalham punição em caso de deputados que votarem contra

Apoio do Congresso

Câmara e Senado aprovam projetos de impacto de R\$ 30,2 bilhões em ampliação de despesas ou renúncias de receitas do governo federal e beneficiam empresas, ruralistas, prefeitos e governadores

Sem votos

Apesar das concessões, governo avalia, em jantar, não ter os votos e adia decisão sobre data de votação da reforma



Mercado vê chances menores de aprovação

Investidores avaliam que está mais difícil levar a reforma da Previdência para votação ainda este ano; ontem, a Bolsa caiu 1,07% e dólar subiu 1,7%

Luciana Dyniewicz
Paula Dias

As dificuldades do governo em aprovar a reforma da Previdência ainda neste ano desanimaram o mercado financeiro ontem, levando o Ibovespa (principal índice da Bolsa brasileira) a recuar 1,07%, para 72.487 pontos. A queda chegou a 2,6% durante a manhã, mas notícias externas, sobretudo as altas dos preços do petróleo e das bolsas de Nova York, amenizaram as perdas.

Segundo analistas, tanto a Bolsa como o câmbio (o dólar subiu 1,7%, a R\$ 3,288) continuarão voláteis enquanto não houver uma definição sobre a reforma. O pessimismo de ontem veio sobretudo da percepção de que a possibilidade de a reforma ser aprovada ainda neste ano diminuiu e que o governo foi obrigado a adiar a votação para a penúltima semana de dezembro.

“A cada dia que passa, as chances (de aprovação antes do recesso) são menores”, disse o estrategista-chefe da XP

Investimentos, Celson Plácido. Hoje, a XP trabalha com uma probabilidade de 20% a 30% de a reforma passar antes do recesso de fim de ano.

Caso o texto seja aprovado até lá, a Bolsa poderá subir a 78 mil pontos, de acordo com projeções da corretora. Caso contrário, deverá cair para 70 mil. Para a Tendências Consultoria, entretanto, é de 70% a probabilidade de consolidação de um cenário que contemple a reforma ainda neste ano. “Estamos trabalhando com esse panorama, mas vemos que a aprovação (da reforma) ficou mais difícil”, afirmou Silvio Campos, economista da consultoria.

Campos também destacou que, conforme os dias passam, vai ficando “mais apertado” para o governo. O economista acrescentou que a Bolsa e o câmbio deverão permanecer instáveis até o fim da próxima semana. “Pelo menos enquanto não houver uma percepção final (em relação à reforma).”

Inversão.

A semana havia começado com a Bolsa em alta e o dólar em queda após o encontro, no último domingo, em que o presidente Michel Temer propôs um pacto

com parlamentares para aprovar a proposta. Para Vitor Suzaki, analista da Lerosa Investimentos, porém, o otimismo havia sido exagerado. “A alta de 1% da Bolsa ontem (quarta-feira) foi um pouco prematura, baseada em boa parte no fechamento de questão do PMDB em favor da reforma.

Além das dissidências dentro do PMDB, que não garantem votação integral da legenda, ainda há diversos partidos da base que estão indecisos e que não vão fechar questão”, disse. Em encontro com jornalistas, o presidente da B3 (a Bolsa de São Paulo), Gilson Finkelsztain, afirmou, porém, que ainda há chances de que a reforma passe e acrescentou que sua aprovação não está totalmente precificada no mercado. “O consenso é que não está precificado, deve estar cerca de 50%”, destacou o executivo.

Empresas.

Ontem, as quedas na Bolsa atingiram praticamente todas empresas com maior credibilidade no mercado, com destaque para o setor financeiro, o mais importante na composição do Ibovespa. As ações ordinárias (com direito a voto) do Banco do Brasil, bastante sensíveis ao risco político, terminaram o dia em queda de





3,87%, um dos piores desempenhos do mercado.

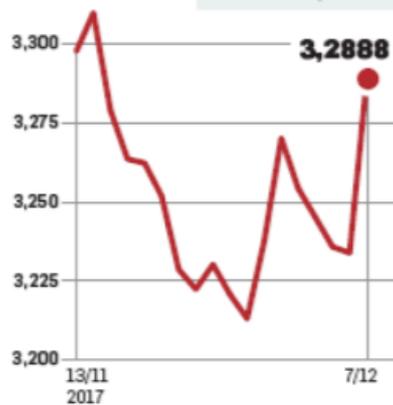
Os papéis da Petrobrás recuaram 0,88% (ações ordinárias) e 1,68% (preferenciais, sem direito a voto), apesar das altas do petróleo no mercado internacional. A Embraer foi um dos destaques positivos do dia, com alta de 1,51%. O Ibovespa acumula alta de 0,72% em dezembro de 20,36% em 2017.

COLABOROU FERNANDA
GUIMARÃES

SOB TENSÃO

Dólar
EM REAIS

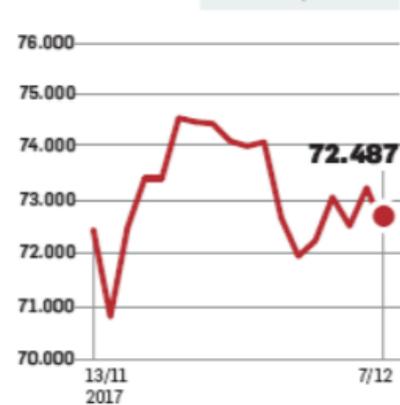
VARIAÇÃO NO DIA
↑ 1,7%



FONTE: BROADCAST

Bovespa
EM NÚMERO
DE PONTOS

VARIAÇÃO NO DIA
↓ -1,07%



INFOGRÁFICO/ESTADÃO

CONJUNTURA »

Sem reforma, dívida explode



Segundo Dyogo Oliveira, concessões feitas pelo governo a parlamentares não comprometem meta fiscal

Ministro do Planejamento diz que endividamento público chegará a 100% do PIB em 2021 se mudanças na Previdência não forem validadas pelo Congresso. Ele afirmou que espera a aprovação do texto ainda este ano pela Câmara dos Deputados

» ROSANA HESSEL

Num dia de nervosismo no mercado por conta das incertezas sobre a reforma da Previdência, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, afirmou estar otimista sobre a possibilidade de a proposta ser aprovada “ainda neste ano” pela Câmara dos Deputados. Ele reiterou, ontem, que a reforma é

necessária para conter o endividamento público. Se ela não for aprovada, disse, o país corre o risco de ver a dívida pública bruta chegar a 100% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2021, mais que o dobro da média de 48% do PIB de países emergentes, conforme dados do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Na avaliação do ministro, a reforma é crucial para a “sustentabilidade da economia brasileira nos próximos anos”. “A não aprovação da reforma da Previdência nos coloca em uma rota muito complexa. Podemos chegar a 2021 com a dívida pública em 100% do PIB. Com a reforma, a dívida se

estabilizaria em torno de 80% do PIB”, afirmou, durante café da manhã com jornalistas. “Com reforma vamos ter PIB maior, taxa de juros mais baixa e, portanto, despesa financeira menor. O efeito combinado disso é muito forte”, resumiu.

Em outubro, segundo o Banco Central, a dívida pública bruta brasileira ficou em 74,4% do PIB. O ministro lembrou que, “havia cinco anos, esse percentual girava em torno de 50% do PIB”. Para ele, um cenário com dívida pública de 100% do PIB “é muito preocupante”, apesar de muitas economias ricas terem dívida até acima desse patamar. “Esse percentual, em um país emergente, não é a mesma coisa do que em uma nação desenvolvida, porque a renda per capita brasileira é menos de um terço da desses países. Não dá para comparar (o Brasil) com nações que têm taxas de juros e custo da dívida muito mais baixos”, disse.

Privilégios

Dyogo Oliveira destacou que o novo texto acertado com líderes parlamentares tem mais chances de ser aprovado porque uma das mudanças essenciais — a instituição da idade mínima de aposentadoria de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres — será implantada de forma gradual, em 20 anos. Segundo ele, a versão mais enxuta da reforma





proporcionará uma economia de R\$ 500 bilhões nos primeiros 10 anos de vigência. Com o texto original do Executivo, o ganho previsto girava em torno de R\$ 800 bilhões. “A nova proposta tem foco na redução de privilégios e exageros. Por isso, é politicamente mais viável. Hoje, estou mais otimista do que há nove meses. A adesão vai crescer rapidamente”, afirmou. Para ser aprovada, a reforma da Previdência precisa de 308 votos favoráveis na Câmara e de 49 no Senado, em dois turnos de votação em cada Casa.

Oliveira minimizou os riscos fiscais provocados pelas concessões que o governo vem dando a parlamentares para tentar aprovar a reforma e garantiu que a meta de limitar o déficit público a R\$ 159 bilhões em 2018 será cumprida. Entre as medidas que devem aumentar os gastos públicos, destacam-se a renegociação de dívidas de agricultores e de pequenas

empresas. “O importante é a aprovação da reforma. Mas não vamos comprometer o resultado de 2018. Temos um teto de gastos e uma meta a cumprir. Elas limitam a concessão de benefícios”, garantiu.

Crescimento maior

Dyogo Oliveira acredita que a economia poderá crescer acima de 2,5% em 2018, mas tudo dependerá a aprovação da reforma da Previdência Social, que dará maior equilíbrio às contas públicas, aumentando a confiança dos agentes econômicos. Neste ano, segundo ele, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) “vai superar 1%”. As novas previsões devem constar no próximo relatório de avaliação bimestral de receitas e de despesas. As estimativas atuais do governo para a expansão do PIB são de 0,5%, em 2017, e de 2%, em 2018.

Caindo de podre

por Vicente Nunes /
vicentenunes.df@dabr.com.br

PSDB será o maior culpado se a reforma da Previdência não for aprovada. Partido, ao lado do PT, foi o que mais teve a imagem arranhada pela corrupção

O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, diz que o Brasil deverá registrar um longo ciclo de crescimento, que pode durar 12 anos, mas tal previsão pode se frustrar se o Congresso não aprovar a reforma da Previdência. A maior parte dos analistas admite que o avanço do Produto Interno Bruto (PIB) de pelo menos 2,5% em 2018 está contratado, mesmo sem o aval do Congresso para as mudanças no sistema de aposentadorias. Mas, a partir de 2019, o ritmo de incremento da economia será pífio, girando em torno de 1% ao ano, insuficiente para gerar empregos e reduzir a desigualdade que separa ricos e pobres.

Muito da possível frustração virá do PSDB, partido que será destroçado se não encampar a reforma da Previdência. A legenda,

ao lado do PT, foi a que mais teve a imagem arranhada pelas denúncias de corrupção que assombraram o país. Justamente por estar em baixa, esperava-se que o partido tivesse, neste momento, um gesto de grandeza, até por questão de sobrevivência. Mas os tucanos parecem estar dispostos a jogarem uma pá de cal em sua história de comprometimento com avanços importantes para a estabilização da economia. Se a reforma da Previdência fracassar, o PSDB será o maior culpado.

O momento para se aprovar a reforma é agora. Há, a favor do Brasil, um mundo crescendo de forma consistente, com inflação e juros em baixa. Com as mudanças no regime previdenciário, o país poderá desatar o grande nó fiscal que torna a economia muito vulnerável aos humores do mercado. Assim, mesmo que os ventos externos possam soprar contra, haverá mais segurança por parte dos investidores de que o Brasil conseguirá honrar seus compromissos em dia. Pelos cálculos do ministro do Planejamento, com a reforma, a dívida pública, que está hoje em 75% do PIB, se estabilizará em torno dos 80% até 2021. Sem o ajuste nas

aposentadorias, essa relação atingirá 100% do PIB. O país estará muito perto de um calote.

Sem saída

Consultor de macroeconomia da Fundação Getulio Vargas (FGV), Carlos Thadeu Filho diz que o Brasil não pode prescindir da reforma. Nos cenários desenhados para o país, supondo o aval do Congresso às mudanças no sistema previdenciário, teremos o mais longo ciclo de inflação baixa em pelo menos duas décadas. A perspectiva é de que a média do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), usado como referência para o sistema de metas, gire em torno de 4% ao ano até pelo menos 2021. Os juros tendem a se situar em patamares entre 7% e 8%, indicado que o processo de reestruturação da economia, depois de uma das piores recessões da história, se consolidou.

Para 2018, especificamente, Thadeu Filho aposta em crescimento econômico de 2,8%, juros entre 6,50% e 6,75% e inflação de 3,8%. É um quadro impensável até bem pouco tempo, sobretudo se levarmos em conta as indefinições das eleições presidenciais. Portanto,





é importante que os políticos não turvem esse horizonte. Jogar o país de novo na recessão ou num voo de galinha seria um crime, não apenas burrice. Os sinais já emitidos pelos investidores, ante a insegurança em relação à aprovação das reformas, mostram que os donos do dinheiro não estão dispostos a aceitar uma eventual derrota do governo.

O economista lembra que a reforma da Previdência é importante para sustentar o crescimento além de 2019. Os investimentos produtivos voltariam com tudo no próximo ano e passariam a dar frutos nos períodos subsequentes. Hoje, a retomada da atividade está se dando por meio do consumo. Mas esse tipo de expansão da economia tem limites. Sem oferta adequada de produtos e serviços, a inflação volta, os juros sobem, a produção para, o desemprego dispara. Esse filme de terror nós já vimos nos últimos anos e seus fantasmas continuam nos assombrando.

Juízo é importante

Para o consultor da FGV, é importante deixar claro que a reforma da Previdência virá por bem ou por mal. Nos países em que as mudanças no regime de aposentadoria demoraram para receber o aval do Legislativo, houve perdas de diretos dos trabalhadores. Por aqui, ressalta o ministro do Planejamento, o que se está propondo são ajustes mínimos e a longo prazo. Ele diz que a idade mínima de 65 para homens e de 62 anos para mulheres só passará a valer daqui a 20 anos. Em 2018, por exemplo, será de 55 e 53, respectivamente. Mais: 64% dos trabalhadores já se aposentam por idade recebendo um salário mínimo. A reforma só pegará quem ganha mais e se aposenta por tempo de contribuição.

Os próximos dias serão cruciais para o país decidir se vira o disco das reformas. O governo fala, agora, em 18 de dezembro para a votação em primeiro turno na Câmara. Apesar das dificuldades enfrentadas

em partidos da base, como o PSD e o PR, o presidente Michel Temer acredita que será capaz de reunir os 308 votos necessários. As negociações estão correndo a todo vapor. O que não pode é o governo meter os pés pelas mãos, ao fazer concessões além da conta, e abrir um rombo maior nas contas públicas para sair vitorioso. Sabe-se que, quanto mais demorar a votação do projeto de mudança nas aposentadorias, mais o fisiologismo do Congresso se dará bem. Manter o juízo neste momento é fundamental.

Redes sociais

» O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, está a todo vapor em busca de um especialista em redes sociais para tocar a sua campanha ao Palácio do Planalto.

Toque no coração

» A ordem de Meirelles é não economizar no trabalho para construir uma imagem popular, que toque o coração dos cidadãos mais pobres, que não o conhecem.

CONJUNTURA »

BB fará mudanças para ficar mais competitivo

Instituição dará vantagem financeira a quem aceitar transferência para praças de maior movimento. E pagará até 12 salários extras para os que quiserem se desligar do banco, mesmo não tendo completado tempo para a aposentadoria

» ANTONIO TEMÓTEO



Programa ainda precisa da aprovação do Conselho Diretor do banco

Após o desligamento de 9,4 mil empregados, além do fechamento de 402 agências, o que resultou numa economia estimada em R\$ 3,1 bilhões, o Banco do Brasil (BB) prepara uma nova reestruturação. Mais enxuta que a anterior, a reformulação terá foco no remanejamento de pessoal entre as diversas praças para reforçar o atendimento aos clientes onde há maior demanda. Os empregados que aceitarem a mudança receberão um incentivo financeiro para o deslocamento e, em alguns casos,

podem ser até promovidos.

Também está em estudo a abertura de um novo programa de desligamento incentivado, com o pagamento de até 12 salários extras. A novidade é que o público-alvo irá além dos mais de oito mil empregados que já podem se aposentar. Quem ainda estiver na ativa e quiser deixar de trabalhar na instituição financeira, mesmo sem tempo de contribuição para solicitar um benefício do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), poderá aderir ao plano de demissões. A ideia é similar ao plano de demissão voluntária oferecido pelo governo federal aos servidores públicos.

Interlocutores do presidente do BB, Paulo Rogério Caffarelli, explicaram que a medida é natural após um grande programa de reestruturação e terá como foco aumentar o nível de eficiência do banco público. Segundo um deles, algumas praças em que há menor demanda estão com excedente de mão de obra. Com isso, os funcionários receberão um estímulo para mudar de cidade ou estado. “Isso é muito comum nos bancos privados e nem tanto no BB. Queremos melhorar a qualidade do serviço prestado”, disse.

Além disso, a estratégia da instituição financeira é de reforçar ainda mais os escritórios digitais. Atualmente, 72,1% do total de

acessos às contas é feito por dispositivos móveis e por computadores. Mais de 21 milhões de clientes, entre pessoas físicas e empresas, utilizam esses canais. Em março de 2011 eram 11,4 milhões. Portanto, houve um crescimento de 89% em seis anos.

Também está em discussão a instituição de uma comissão para os trabalhadores que vendem produtos e serviços para clientes, nos moldes da remuneração variável paga por bancos privados. As comissões já existentes não seriam alteradas. O leque de medidas em estudo ainda inclui a possibilidade de terceirização de alguns setores do banco, entretanto, não há uma definição sobre o tema e a tendência é de que o assunto não faça parte do programa em debate.

Todas as medidas ainda precisam ser votadas pelo Conselho Diretor do banco, formado pelo presidente e pelos vice-presidentes, além de apreciadas pelo Conselho de Administração e receber o aval da Secretaria de Coordenação e Governança de Empresas Estatais (Sest) do Ministério do Planejamento.

Efeitos

Antes da primeira reestruturação, o BB gastava com a folha de pagamento pelo menos R\$ 3 bilhões a mais que os concorrentes diretos.





No primeiro semestre de 2016, a instituição desembolsou R\$ 9,3 bilhões com a remuneração dos empregados. No mesmo período, os salários dos funcionários, somados aos encargos e benefícios, custaram ao Bradesco R\$ 6,5 bilhões, e ao Itaú Unibanco, R\$ 5,8 bilhões.

O balanço do terceiro trimestre do BB mostrou que as medidas tomadas no fim do ano passado influenciaram positivamente a rentabilidade da instituição financeira. Nos nove primeiros meses de 2017, em comparação com o mesmo período do ano passado, as despesas com pessoal encolheram 5,7%, passando de R\$ 15 bilhões para R\$ 14,1 bilhões. Já as despesas administrativas caíram 2,8%, de R\$ 24,2 bilhões para R\$ 23,5 bilhões. Com isso, o lucro líquido teve expansão de 11,8% e subiu de R\$ 7 bilhões para R\$ 7,9 bilhões.

Além de melhorar os resultados, o BB tem sido beneficiado pela retomada da geração de empregos e do crescimento. A inadimplência das operações de crédito acima de 90 dias caiu de 4,11%, no segundo trimestre, para 3,94% no terceiro trimestre deste ano, em movimento que interrompeu a trajetória ascendente iniciada em dezembro de 2016. Procurado, o BB informou “que não aprovou medidas que confirmem essas suposições”.

Memória

Mais escritórios digitais

A reestruturação iniciada pelo Banco do Brasil no fim do ano passado tem por objetivo aumentar a rentabilidade da instituição financeira. A primeira mudança feita pela gestão de Paulo Rogério Caffarelli foi nas diretorias. Das 27 existentes, duas foram extintas: a de Crédito Imobiliário (Dimob) e a de Relações com Funcionários e Entidades Patrocinadas (Diref), cujas atribuições ficaram concentradas na Diretoria de Governança de Entidades Ligadas.

Perderam os cargos 10 diretores e outros cinco mudaram de área. A Diretoria de Estratégia da Marca foi dividida em Estratégia e Organização e Marketing e Comunicação. Mesmo com a extinção da Dimob, o banco manteve os financiamentos de imóveis por meio do programa Minha Casa Minha Vida.

O BB transformou 379 agências em postos de atendimento. Desse total, 176 ficam em municípios pequenos, onde o BB é a única instituição financeira. Além disso, 402 unidades foram desativadas em cidades grandes e médias. Essas medidas implicaram economia de R\$ 450 milhões anuais, com o enxugamento da estrutura e a redução do gasto com pessoal.

Outros R\$ 300 milhões foram poupados com transporte de valores, segurança, aluguéis e taxas.

Vinte e oito superintendências regionais de varejo e três de governo deixaram de existir no organograma. Tiveram as atividades encerradas dois centros de serviço e sete gerências regionais de controle interno. Mas o processo não consistiu só de cortes. Foram ampliados 12 escritórios de negócios digitais e 34 serão criados.

O plano de aposentadoria incentivada (PAI) teve adesão de 9,4 mil empregados. Quem optou pelo desligamento do banco recebeu 12 salários extras mais um bônus de um a três salários, a depender do tempo de casa.

A reestruturação também revisou o Plano de Funções de 2013, buscando ampliar em até 8 mil o número de funcionários com jornada de seis horas. Os funcionários optaram, de forma voluntária, a qualquer tempo, pela redução do período de trabalho. O público-alvo da reestruturação eram assessores de unidades estratégicas, além de assessores de superintendências e órgãos regionais de gestão de pessoas. (AT)